

Forbes

ESPECIAL CPLP

África Lusófona

- 
- RADIOGRAFIA ECONÓMICA DOS PALOP
 - A VISÃO DE NELMA FERNANDES, PRESIDENTE DA CE-CPLP
 - EUROAFRICAN. AS OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO

Jorge Pais
director do
AfricaInvest

Damián Valenzuela Mayer
CEO do LatinAmericaInvest

AFRICAINVEST

O FUNDO PARA ÁFRICA QUE APOSTA NOS PALOP



AfricaInvest

Investir em África é o propósito deste fundo que promete uma aposta forte nos países africanos de língua oficial portuguesa em sectores estratégicos para o futuro do continente.

03 EDITORIAL
**É hora de se falar,
de facto, a uma só voz**
Francisco de Andrade

04 OVERVIEW
**Os PALOP
e as suas economias**
Previsões de crescimento

10 CAPA
AfricaInvest
O fundo de investimento privado que tem sob a sua gestão 100 milhões de dólares para investir no continente africano e que está, nesta primeira etapa, focado nos países de língua portuguesa, começando por Angola, Moçambique, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.

18 BFA
**Aproveitar as oportunidades
do mercado**
CEO do Banco de Fomento Angola garante que está disponível para avaliar e apoiar os projectos que são bancáveis

e em que os riscos estejam devidamente acautelados.

20 OPINIÃO
**A era em que somos
reféns dos likes**
Nelma Fernandes

22 PARCERIAS LUSÓFONAS
Isabelle de Oliveira
A fundadora do Instituto do Mundo Lusófono destaca a relevância de se criar uma verdadeira união económica lusófona.

26 EVENTO
Caucus
Cabo Verde acolheu a reunião do African Caucus, que juntou na ilha do Sal mais de 300 participantes, entre eles os Ministros das Finanças e os Governadores dos Bancos Centrais dos países africanos.

30 DIVISAS
**África precisa
de moedas fortes**

Os importadores locais e os investidores não residentes precisam normalmente de moeda forte para pagarem a fornecedores ou para distribuírem receitas de investimentos.

34

LITERATURA

Ventos do Apocalipse

Obra da escritora moçambicana
Paulina Chiziane.



EDITORIAL

FRANCISCO DE ANDRADE EDITOR EXECUTIVO DA FORBES ÁFRICA LUSÓFONA

É hora de se falar, de facto, a uma só voz

Não se pode negar que, ao longo dos seus 27 anos de existência, e apesar das dificuldades económicas, políticas e sociais que os Estados-membros enfrentaram, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) registou avanços na persecução dos objectivos que justificaram a sua fundação. Mas também é bem verdade que ainda são vários os desafios que a organização tem de transpor no sentido da promoção de um desenvolvimento equilibrado das nações que a integram nas mais variadas áreas.

A CPLP é composta por nove países que, apesar de heterogéneos, têm em comum muitos desafios. Como fez questão de referir Keiko Miwa, uma das directoras do Banco Mundial, recentemente no Caucus, em Cabo Verde, “todos procuram alcançar um crescimento inclusivo e sustentável, assim como a redução da pobreza extrema”.

Hoje, um dos grandes desafios que os países que integram a comunidade lusófona ainda têm pela frente é a promoção de um quadro facilitado de cooperação económica e empresarial, nomeadamente ao nível da internacionalização das empresas, da protecção mútua de investimentos, do incremento das trocas comerciais e da aposta numa educação de qualidade, que forme quadros verdadeiramente qualificados. A isto junta-se o desafio de lideranças capazes de orientar o caminho para o desenvolvimento.

O bloco lusófono representa cerca de 300 milhões de pessoas, perto de 8% da superfície continental do planeta, possuindo mais de 50% das novas descobertas de recursos energéticos, desde o início do século XXI, e detém uma vasta plataforma continental com recursos marinhos e minerais, terras aráveis, bem como aproximadamente 14% das reservas mundiais de água doce, portanto, um enorme potencial económico.

O que se pede aos governantes dos países que integram a CPLP é a transformação deste potencial em riqueza real e tornar as economias mais atractivas para o investimento, abrindo espaços para que o sector privado tire proveito, por exemplo, dos vários fundos de investimento disponíveis, como é o caso do AfricaInvest, que tem sob gestão 100 milhões de dólares para investir no continente africano, numa primeira fase focado nos países lusófonos, começando por Angola, Moçambique, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.

É de facto hora de se agir concertadamente e com metas comuns. Mais do que palavras, agora é tempo para a acção. Uma acção conjunta, coordenada e que coloque a CPLP a falar a uma só voz. 

Forbes

ESPECIAL CPLP

EDITOR/PROPRIETÁRIO

Emerald Europe

Avenida da Liberdade, 245, 3.º 1250-143 Lisboa
N.º Contribuinte: 515 193 879
Capital Social: 10 000,00 Euros

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

N'Gunu Tiny (Presidente)

Cristiana de Nóbrega (Administradora Executiva)

Raúl Bragança Neto (Administrador Executivo)

SITE

www.forbesafricalusofona.com

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS COMERCIAIS

Rua Marechal Brás Tito, Edifício Escorn, 9.º andar,
Sala B, Kinaxixe, Luanda - Angola
(+244) 222 448 158

DIRECTORA EDITORIAL

Nilza Rodrigues

nilza.rodrigues@forbesafricalusofona.com

EDITOR EXECUTIVO

Francisco de Andrade

francisco.andrade@forbesafricalusofona.com

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Abel Kader, Chilala Moco, Dircia Lopes,

Luzia dos Santos, Pedro Mbinza

Revisão: **Rui Gouveia** Tradução: **Carlos Tomé**

DESIGN

Fernando Dias, Pedro Guedes

DIRECÇÃO COMERCIAL E DE EVENTOS

Romilson Barroso

romilson.barroso@forbesafricalusofona.com
(+244) 922 555 197

ASSINATURAS E DISTRIBUIÇÃO

Índira Zanda

assinaturas@forbesafricalusofona.com

DIREITOS INTERNACIONAIS

Forbes Media LLC

A *Forbes África Lusófona* é uma publicação da Emerald Europe publicada sob o acordo de licenciamento com a Forbes Media LLC

IMPRESSÃO

Gráfica Unimater

Benfica/Zona Verde
prepress.unimater@grupomaroliv.com

TIRAGEM

5 mil exemplares

Depósito Legal n.º 486948/21
Registo da ERC n.º 127622

ESTATUTO

A *Forbes África Lusófona* é uma revista focada no mundo dos negócios, da economia e dos empreendedores que, nos países africanos de língua oficial portuguesa, vão impondo um novo dinamismo ao tecido empresarial, através de valores que consideramos essenciais como a inovação, o *governance*, a igualdade de género, a inclusão social e financeira, assim como a protecção ambiental.

A *Forbes África Lusófona* está registada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social com o número 127622, é detida pela empresa Emerald Europe e resulta de um licenciamento da revista norte-americana *Forbes*.

O estatuto editorial da *Forbes África Lusófona* encontra-se publicado na página da Internet www.forbesafricalusofona.com

OS PALOP E AS SUAS ECONOMIAS

OS PAÍSES QUE INTEGRAM A LUSOFONIA EM ÁFRICA PROJECTAM NESTE ANO ALGUM CRESCIMENTO, APESAR DA TAXA DE INFLAÇÃO QUE FUSTIGA AS SUAS ECONOMIAS. AINDA ASSIM, OS ESPECIALISTAS DESENHAM UM CENÁRIO PROMISSOR NO CONTINENTE COM VÁRIOS RECURSOS NATURAIS E COM UMA POPULAÇÃO JOVEM, QUE CONTINUA A SER FÉRTIL PARA O INVESTIMENTO INTERNACIONAL. A *FORBES* TRAZ NESTA EDIÇÃO O CAMINHO DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, GUINÉ EQUATORIAL, MOÇAMBIQUE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.

TEXTO SITA SEBASTIÃO FOTOS DR

ANGOLA



João Lourenço
PRESIDENTE DE ANGOLA

"A economia de qualquer país é algo muito importante, tanto quanto é a segurança nacional, talvez mais, porquanto até a própria segurança nacional depende muito da saúde da economia do país."

POPULAÇÃO: 36 300 490
PIB ACTUAL: 106,71 MIL MILHÕES USD
PIB PER CAPITA: 2298,75 USD
MOEDA: KWANZA
DOING BUSINESS: 177
ABERTURA DE EMPRESAS: POSIÇÃO 146
EXECUÇÃO DE CONTRATOS: POSIÇÃO 186
ÍNDICE GINI: 51,3
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: 0,581 (148.º)

AS PREVISÕES PARA ANGOLA em termos de crescimento económico para o ano de 2023 são de 3,3% e inflação entre 9% e 11%, de acordo com o Banco Mundial. Apesar destas projecções, Angola começou a registar desde finais de Abril uma inflação acima dos 20%, com as autoridades do país a apontarem como causa a retirada dos subsídios aos combustíveis.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o crescimento económico anual de Angola desacelerou acentuadamente para uma baixa de dois anos de 0,3% no primeiro trimestre de 2023, de 2,6% no período de três meses anterior. O sector petrolífero contraiu 8%, contribuindo negativamente em 2 pp para a variação global do PIB, num contexto de duplo golpe de preços baixos e redução da produção de petróleo devido à manutenção dos campos petrolíferos em Fevereiro e Março.

O PIB angolano cresceu 3% em 2022, em termos homólogos, um pouco abaixo da estimativa do Governo de 3,3%, e marca o segundo ano de expansão económica e o mais rápido desde 2014, ajudado pelos preços mais altos do petróleo.

Apesar do cenário que Angola atravessa, o país continua a ser um terreno fértil para se fazer negócio, de acordo com as últimas classificações anuais do Banco Mundial. Entretanto, Angola voltou a cair pela terceira vez consecutiva no Índice de Desenvolvimento Humano. O medidor do PNUD de 2021/2022, apesar de ter mantido o país na posição 148 entre os 191 países avaliados pelo índice, revela que os angolanos estão mais pobres e perderam oito meses em esperança média de vida desde 2019, altura em que o índice começou a cair.

POTENCIALIDADES

Embora a economia angolana dependa mais de 90% da actividade do sector petrolífero, o país é rico em recursos hídricos e minerais, florestais, ampla faixa costeira e um inesgotável campo fértil para exploração da agricultura e do turismo.

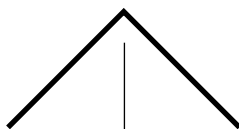
CABO VERDE



José Maria Neves
PRESIDENTE DE CABO VERDE

"A interação entre estas diferentes crises tem como resultado um mundo mais precário, mais disruptivo e de aparente caos, com evidentes reflexos num pequeno país como é o caso de Cabo Verde. Mas a nossa conhecida esperança e a já demonstrada capacidade de resiliência, que nos permitiram enfrentar e vencer as diferentes crises, como as secas, fomes e mortandades, também nos ajudarão a superar esta conjuntura adversa."

POPULAÇÃO: 576 925
PIB ANUAL: 2,31 MIL MILHÕES USD
PIB PER CAPITA: 3.642,86 USD
MOEDA: ESCUDO
DOING BUSINESS: 50
ABERTURA DE EMPRESAS: POSIÇÃO 121
EXECUÇÃO DE CONTRATOS: POSIÇÃO 52
ÍNDICE GINI: 42,4
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: 0,665 (128.º)



A ECONOMIA DE CABO VERDE tem como motor fundamental o sector do turismo, com as praias imaculadas daquele país, o rico património cultural e o ambiente político estável a actuar um número crescente de visitantes internacionais. Enormes investimentos no desenvolvimento de infra-estrutura, incluindo hotéis, *resorts* e redes de transporte, têm sido o grande apoio do sector.

Como resultado, o turismo tornou-se uma importante fonte de receita e emprego, estimulando o crescimento económico em vários sectores. De acordo com o Banco Mundial, o turismo continua a liderar o processo de transformação e desenvolvimento de Cabo Verde.

O crescimento anual do PIB em Cabo Verde aumentou para 17% em 2022, de 6,40% em 2021. Segundo dados do Banco Mundial, a economia de Cabo Verde avançou 6,7% em termos homólogos no primeiro trimestre de 2023, após um crescimento revisto em alta de 9,5% no trimestre anterior, marcando assim o 8.º trimestre consecutivo de expansão, embora o mais lento da sequência, em parte devido a efeitos de base.

O crescimento foi impulsionado pelo forte desempenho nas actividades de serviços empresariais (49,4% vs. 36,6% no 4.º trimestre); hotéis e restaurantes (27,5% vs. 62,9%); transporte e armazenamento (18,3% vs. 34,2%); manufactura (16,4% vs. 2,4%) e pesca e aquicultura (23,5% vs. -9%). Em contraste, quedas acentuadas foram observadas na mineração (-17,1% vs. -20,8%) e construção (-17,1% vs. -20,8%).

Do lado das despesas, a procura externa líquida contribuiu positivamente para o crescimento do PIB, uma vez que o ritmo de crescimento das exportações (20,8% vs. 50,4% no 4T) superou o das importações (8,6% vs. 5,8% no 4T).

Uma das metas preconizadas no plano de Governo é alcançar 1,26 milhões de turistas anualmente em Cabo Verde, a partir de 2026, com 40% das entradas de visitantes em outras ilhas que não Sal e Boa Vista, tradicionalmente consideradas ilhas turísticas.

Entretanto, o número de turistas em Cabo Verde aumentou 52,6% no primeiro trimestre de 2023, face ao mesmo período em 2022.

De acordo com o Banco Mundial, Cabo Verde recebeu em 2022 um recorde de 836 mil turistas, recuperando do total encerramento do sector após o início da pandemia de covid-19.

POTENCIALIDADES

O turismo internacional, em particular o ecoturismo, é, sem dúvida, aposta económica certa e baseada na grande diversidade paisagística das ilhas, ilhéus e mar territorial. A pesca é uma das suas outras actividades económicas com foco em produtos de qualidade para exportação.

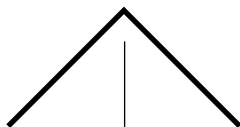
GUINÉ-BISSAU



Umaro Sissoco Embaló
PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU

"Se houver boa vontade dos dirigentes, penso que podemos chegar ao eco rapidamente, porque há alguns Estados que já têm uma convergência monetária."

POPULAÇÃO: **2 117 196**
PIB ANUAL: **1,63 MIL MILHÕES USD**
PIB PER CAPITA: **621,85 USD**
MOEDA: **FRANCO CFA**
DOING BUSINESS: **43,2**
ABERTURA DE EMPRESAS: **POSIÇÃO 174**
EXECUÇÃO DE CONTRATOS: **POSIÇÃO 170**
ÍNDICE GINI: **35**
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: **0,480 (175.º)**



APESAR DO ABRANDAMENTO do crescimento económico real para 3,5% em 2022, contra 6,4% em 2021, causado por perturbações na cadeia de abastecimento e pela redução da procura, bem como da actividade económica, o Fundo Monetário Internacional (FMI) perspectiva que a Guiné-Bissau deverá ultrapassar os efeitos negativos da Covid-19 já em 2023, com o crescimento a regressar aos níveis anteriores à pandemia, e a acelerar para 5% em 2024.

De acordo com as mais recentes previsões daquela instituição internacional, a economia guineense deverá acelerar para 4,5% e 5% neste e no próximo ano, conseguindo também conter a inflação nos 5% e 3% em 2023 e 2024.

A recuperação económica da Guiné-Bissau, ainda que fortemente dependente das exportações da castanha de caju, o principal produto de exportação e fonte de receita de 80% da população guineense, estará assim acima da média registada na última década, que foi de 3,9%, referem, por sua vez, os dados do Banco Mundial.

Entretanto, o Fundo Monetário Internacional indica, por outro lado, que a dívida pública deverá registar uma melhoria, passando de 79,5%, em 2022, para 76,5% em 2023 e 74,7% em 2024, ainda assim bem acima da média registada entre 2011 e 2019, quando este rácio da dívida sobre o PIB esteve, em média, nos 55,6%.

POTENCIALIDADES

A Guiné-Bissau dispõe de um vasto potencial agro-pastoril. A agricultura domina a economia, sendo que a principal fonte do orçamento guineense é a exportação de caju. Potenciais oportunidades de investimento existem nos sectores das pesca, do processamento de valor acrescentado de caju e da indústria extractiva de fosfato.

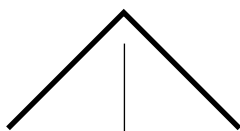


Teodoro Obiang

PRESIDENTE DA GUINÉ EQUATORIAL

"A paz, que é um dos objectivos básicos do Estado equatoguineense, estampado no nosso estandarte nacional 'Unidade, Paz e Justiça', constitui a base indispensável para que a nossa sociedade possa desenvolver livremente as actividades à sua escolha para o desenvolvimento nacional."

POPULAÇÃO: **1 530 495**
 PIB ANUAL: **11,81 MIL MILHÕES USD**
 PIB PER CAPITA: **5871,32 USD**
 MOEDA: **FRANCO CFA**
 DOING BUSINESS: **41,1**
 ABERTURA DE EMPRESAS: **POSIÇÃO 156**
 EXECUÇÃO DE CONTRATOS: **POSIÇÃO 105**
 ÍNDICE GINI: **SEM DADOS**
 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: **0,592 (145.º)**



O CRESCIMENTO DA ECONOMIA da Guiné Equatorial expandiu-se pela primeira vez desde 2014, com um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) estimado em 2,2%, reflectindo os preços globais mais elevados dos hidrocarbonetos e a reconstrução de Bata, cidade fortemente abalada por grandes explosões num complexo militar, de acordo com o Banco Mundial.

Um país onde a economia depende, sobretudo, do sector dos hidrocarbonetos – cerca de 90% do PIB e 96% das exportações segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2022) – dispõe, ainda, de amplos recursos naturais (terrenos agrícolas, ouro, urânio, diamantes, columbite-tantalite). A agricultura de subsistência constitui o principal recurso da maioria da população.

Entretanto, o FMI prevê para 2023 uma "recessão mais pronunciada do que a inicialmente prevista" na Guiné Equatorial, com as projecções macroeconómicas do país.

A inflação atingiu 4,8% em 2022 devido aos altos preços de importação de alimentos, e os indicadores do sector bancário enfraqueceram.

Para 2023, a actividade económica real deverá cair 6,4%, uma recessão mais pronunciada do que inicialmente previsto, reflectindo um impacto mais severo do incidente no campo petrolífero de Zafiro. A inflação será moderada para 2,8%. O défice fiscal primário não petrolífero está projectado em 11,5% do PIB.

A médio prazo, projecta-se que a economia da Guiné Equatorial continue a declinar devido ao papel cada vez menor do sector de hidrocarbonetos. Diante deste cenário, a visão do governo de Teodoro Obiang Nguema Mbasogo de promover a diversificação económica foi considerada acertada pelo FMI.

O país deve continuar a melhorar o clima de negócios, aumentar o capital humano e os gastos sociais, mantendo a sustentabilidade fiscal, e continuar com as reformas de governação para aumentar a transparência e combater a corrupção.

POTENCIALIDADES

O forte da Guiné Equatorial é a exportação do petróleo. A agricultura e a pesca também são potências para economia do país, sendo a exportação de madeira e de minerais as suas principais fontes de receitas.

MOÇAMBIQUE

**Filipe Nyusi**

PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE

"Moçambique deve ser equacionado como um pólo e plataforma logística, não apenas porta de entrada para os seis países da SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, sem acesso ao mar – mas também como da Zona de Comércio Livre Continental Africano, um mercado com cerca de 1,3 milhões de consumidores."

POPULAÇÃO: 33 993 004

PIB ANUAL: 17,85 MIL MILHÕES USD

PIB PER CAPITA: 580,73 USD

MOEDA: METICAL

DOING BUSINESS: 55

ABERTURA DE EMPRESAS: POSIÇÃO 177

EXECUÇÃO DE CONTRATOS:

POSIÇÃO 168

ÍNDICE GINI: 45,7

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: 0,284 (185.º)

COM PREVISÕES DE INÍCIO de produção de gás natural liquefeito para 2024, à volta disso várias são as expectativas de crescimento económico de Moçambique, nos próximos anos. Segundo o Banco Mundial, os investimentos neste sector vem ressuscitar a economia de Moçambique, que sofreu retrocesso nos últimos anos.

De acordo com o relatório World Bank's Mozambique Economic Update de 2023, as perspectivas económicas a médio-prazo são positivas, prevendo-se que o crescimento acelere para 6 % entre 2023 e 2025, impulsionado pela recuperação contínua dos serviços, pelo aumento da produção de GNL e pelos elevados preços das matérias-primas.

O produto interno bruto de Moçambique avançou 4,17% em termos homólogos no primeiro trimestre de 2023, após um aumento revisto em baixa de 4,20% no trimestre anterior e apesar dos efeitos adversos do ciclone Freddy que atingiu o país em Fevereiro.

A economia moçambicana aumentou 4,15% face ao ano anterior em 2022, o ritmo de crescimento mais forte desde 2015, impulsionada principalmente pelo sector mineiro.

O produto interno bruto de Moçambique avançou 4,17% em termos homólogos no primeiro trimestre de 2023, após um aumento revisto em baixa de 4,20% no trimestre anterior e apesar dos efeitos adversos do ciclone Freddy que atingiu o país em Fevereiro.

POTENCIALIDADES

Apesar das grandes reservas de recursos naturais, como petróleo, ferro, bauxita, cobre, mármore e pedras preciosas. O principal sector económico de Moçambique é o primário, com destaque para produção de grãos e a criação de animais. Os principais destinos de exportação de Moçambique são a África do Sul, a Índia, a Holanda e a China, sendo os principais produtos exportados os combustíveis fósseis, os produtos de alumínio e o minério.

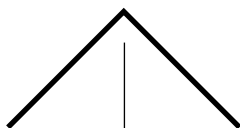
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Carlos Vila Nova
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

"É preciso lançar mãos à obra. Ou, melhor, consolidar a obra iniciada há 28 anos tendo em conta as particularidades e peculiaridades da região, trabalhar no sentido de gerar uma autonomia sólida, robusta e que efectivamente esteja ao serviço dos reais interesses da região e do país."

POPULAÇÃO: **234 242**
PIB ANUAL: **0,55 MIL MILHÕES USD**
PIB PER CAPITA: **1676,03 USD**
MOEDA: **DOBRA**
DOING BUSINESS: **45**
ABERTURA DE EMPRESAS: **POSIÇÃO 150**
EXECUÇÃO DE CONTRATOS: **POSIÇÃO 185**
ÍNDICE GINI: **33,9**
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: **0,618 (138.º)**



O ANO DE 2020 foi o melhor em termos de crescimento para São Tomé e Príncipe. Avançou 3,1%, um desempenho ainda melhor do que o registado em 2019, quando cresceu 2,2%, segundo os dados do governo do arquipélago.

De acordo com o African Development Bank, o PIB cresceu 3,1% em 2020, apoiado pelos elevados fluxos de ajuda durante a pandemia (o peso no orçamento total aumentou 23,5% em 2020) e por políticas monetárias acomodáticas no início de 2020. O crescimento económico abrandou para 2,2% em 2021, visto que os fluxos de ajuda diminuíram e as medidas de política monetária foram invertidas no final de 2020 para conter o excesso de liquidez. A inflação permaneceu praticamente inalterada, em 9,5% em 2021 e em 9,4% em 2020, principalmente pressionada pelos bens alimentares.

A taxa de inflação de São Tomé e Príncipe em 2022 situou-se em 24%, a mais alta em 15 anos.

Entretanto, para se contornar a situação, o novo programa apoiado pelo FMI, previsto para 2023, deverá servir de base para recuperação económica gradual.

Projecta-se um crescimento anual de 2% em 2023, impulsionado pela recuperação do turismo para um nível de 80% anterior à pandemia e por um ajustamento orçamental concentrado no início do período.

Os dados do Banco Mundial apontam que São Tomé e Príncipe ocupa actualmente a 202.ª posição entre as economias internacionais e é, portanto, uma das mais insignificantes. A taxa de inflação em São Tomé e Príncipe em 2022 foi de aproximadamente 18,01%.

O produto interno bruto (PIB) de São Tomé e Príncipe cresceu 0,90% no quarto trimestre de 2022 face ao mesmo trimestre do ano anterior.

POTENCIALIDADES

São Tomé e Príncipe possui um conjunto de potencialidades que podem contribuir para a sua transformação numa plataforma de prestação de serviços principalmente a nível dos PALOP. Mas, recentemente, o país tem-se baseado na aposta no turismo para o seu desenvolvimento, com as descobertas de jazidas de petróleo nas suas águas a abrirem novas perspectivas para o futuro.

A agricultura ocupa posição essencial na economia de São Tomé e Príncipe. Representa cerca de 20% do PIB e 80% das receitas oriundas das exportações do país, empregando mais da metade da população (60%).





“ÁFRICA APRESENTA GRANDES OPORTUNIDADES PARA O FUTURO”

O **AFRICAINVEST** É UM FUNDO DE INVESTIMENTO PRIVADO QUE TEM SOB A SUA GESTÃO 100 MILHÕES DE DÓLARES PARA INVESTIR NO CONTINENTE AFRICANO.

OS RESPONSÁVEIS PELA INSTITUIÇÃO, JORGE PAIS E DAMIÁN VALENZUELA MAYER, REVELAM QUE A EXPECTATIVA É CONSOLIDAR A ACTIVIDADE E TORNAR-SE NUM CANAL NATURAL PARA O INVESTIMENTO EM ÁFRICA. ASSUMEM QUE NENHUM PAÍS AFRICANO SERÁ EXCLUÍDO, MAS SUBLINHAM QUE, NESTA PRIMEIRA ETAPA, OS HOLOFOTES ESTÃO CENTRADOS NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, COMEÇANDO POR ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ EQUATORIAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.

ENTREVISTA **FORBES STAFF** FOTOS **MARISA CARDOSO**

Em traços gerais, quais os argumentos que levaram à criação do AfricalInvest?

DVM – O AfricalInvest é um fundo de investimento privado sob regulação dos Estados Unidos da América, que faz, desde já, a gestão de 100 milhões de dólares, focado em investir no continente africano. Executa a sua estratégia na forma de uma plataforma de negócios, operando nos vários sectores, em particular na agro-indústria, imobiliário, em centros urbanos consolidados, hotelaria, bem como em aplicações financeiras de dívida soberana ou de outra natureza. É dirigido por mim a nível internacional, desde Madrid, e em especial para a África Lusófona pelo Jorge Pais, desde Lisboa, constituindo-se um grupo de especialistas africanos para cada um dos países onde venha a ter-se operações. O projecto iniciou-se em 2019 por sugestão do Jorge Pais, que nos pôs em contacto com alguns empresários de origem africana. A ideia era que fazer negócios em África tinha um perfil similar (dependendo de cada país, obviamente) a realizar negócios na América Latina, onde o grupo LatinAmericaInvest, igualmente sob minha gestão, com quase 30 anos de actividade, tem hoje mais de 4000 milhões de activos sob gestão, com uma facturação anual de 100 milhões de dólares.



O AfricalInvest é um fundo de investimento privado sob regulação dos Estados Unidos da América, que faz, desde já, a gestão de 100 milhões de dólares, focado em investir no continente africano

A pandemia ajudou a montar a estrutura hoje?

DVM – Durante o período da pandemia, aproveitámos para montar as estruturas jurídicas e contabilísticas, preparando alianças institucionais com organismos africanos que nos permitam tomar contacto com cada possível negócio, em cada país, além de contratar equipas, abrir contas bancárias e mobilizar o capital inicial. Queremos em 2022 começar formalmente as operações, recebendo distintas ofertas de negócios, analisando-as e realizando as primeiras “aplicações”. Estamos também a fazer alguma “reengenharia”, face à

evolução do mercado financeiro, para ajustar as nossas hipóteses de negócio ao actual contexto internacional, em que a subida da taxa de juros a nível global afecta a TIR requerida a cada projecto.

JP – Quando conheci a experiência de sucesso do LatinAmericaInvest pensei que também África merecia um projecto similar, em virtude de todo o seu potencial de desenvolvimento, necessariamente muito sustentado no investimento empresarial privado. Há um espaço enorme de crescimento e rentabilização para o fundo sob nossa gestão, que esperamos atinja num futuro próximo dimensão igual ou superior à do LatinAmericaInvest, ao mesmo tempo que fornecemos mais um importante instrumento para apoiar os projectos de investimento, reconhecidamente muito necessários em África.

Entretanto, quais são os principais objectivos que foram definidos para o AfricalInvest?

DVM – Temos objectivos de curto e longo prazo. No primeiro caso, o objectivo é colocar o capital inicial de 100 milhões em distintos negócios, distribuindo percentualmente o capital entre os vários países sob observação. Para tal, necessitamos de avaliar mais projectos, vincular-nos mais a cada país e conhecer mais possíveis sócios locais que interactuem connosco como aliados estratégicos em cada economia. No longo prazo, com os olhos postos em 2030, esperamos consolidar-nos como um canal natural, a nível mundial, para o investimento em África, aumentando os activos sob a nossa gestão, tanto pelos resultados obtidos pelos negócios em que participamos como pela entrada de novo capital, fazendo crescer o fundo pelo reconhecimento do rendimento sustentável e pelo conhecimento da região.

JP – Sim, claro! Afirmção, consolidação e crescimento são naturalmente os nossos objectivos prioritários, sendo nossa intenção que, a curto prazo, sobretudo na África Lusófona, o AfricalInvest seja reconhecido pela generalidade das instituições e dos empresários como uma interessante e fiável solução de possível parceria económica para o seu projecto de investimento.

Hoje, o que deve ser melhorado em África?

DVM – África apresenta grandes oportunidades para o futuro. Não se trata só do que já tem, e que por todos é conhecido, como a abundância de matérias-primas ou o potencial de consumidores que se acercará dos 3000 milhões de habitantes em apenas 30 anos. Trata-se de que, na sua própria necessidade de desenvolvimento e no interesse dos governos em promovê-lo, está o



**Afirmção,
consolidação e
crescimento são
naturalmente
os nossos
objectivos
prioritários.**

Jorge Pais (à esquerda)

seu potencial. Não podemos esquecer que a Área de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA), que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2021, é suposto ser o maior mercado único de bens e serviços do mundo, e esta circunstância tem de ser aproveitada. Não só em África, como em qualquer parte do mundo, há que melhorar em primeira instância a educação da população, especialmente a menor de 30 anos, porque esta é a única forma de o continente se desenvolver a nível de capital humano, social e económico de maneira sustentável. Obviamente que também devo mencionar a qualidade institucional que permita ter uma visão de longo prazo, e o desenvolvimento de infra-estruturas e logística que facilite os processos de negócios e investimento.

JP – Não há dúvida de que muitíssimo, mesmo muitíssimo, há que melhorar em África, a nível social e económico. Especialmente quando se sabe o enorme crescimento demográfico que vai conhecer. Por isso, é fundamental gerar riqueza e

emprego, os quais só conseguirão atingir os níveis necessários com muito investimento na criação de empresas e desenvolvimento de novos projectos. Assim se constata a importância e a oportunidade de plataformas de negócios como o AfricalInvest.

A vossa atenção centra-se na África Lusófona, ou também em outros países africanos?

DVM – Numa primeira etapa vamos centrar-nos nos países de língua portuguesa. Por isso, estabelecemos contacto com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a sua Confederação Empresarial. A CE-CPLP, desenvolvendo a sua actividade nos quatro sectores-chave (agricultura, indústria, comércio e serviços), abarca, pois, plenamente o que são os nossos interesses. De início, vamos começar por países como Angola, Moçambique, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. A partir daí, há que perceber a dimensão de cada uma das economias e ver onde podemos gerar um impacto de valor que nos permita ter uma

consolidação a médio e longo prazo. Geralmente, investimos em *equity* ou dívida, mas com prazos que vão de 3 a 5 anos.

JP – Não vamos excluir nenhum país africano, mas claramente o nosso *target*, pelo menos de início, são todos os países de língua portuguesa em África. Não esqueçamos também as importantes comunidades de língua portuguesa existentes noutros países, como, por exemplo, na África do Sul. Pode dizer-se que o AfricaInvest nasceu sob a influência da CPLP, conjunto de países que melhor conhecemos e com quem temos mais facilidade de trabalhar, constituindo já um larguíssimo universo de possíveis operações.

Quais são as áreas de eleição para o investimento?

DVM – Bom, há sectores que, em virtude de outras ligações empresariais, conhecemos melhor e em que somos já fortes, como a soja, o limão ou o açúcar, se falamos de agricultura, ou ainda imobiliário e serviços financeiros. Deixaremos depois que sejam os mercados a tentar-nos com novas oportunidades de negócio. O nosso modelo não se focaliza só em sectores, mas também em sócios estratégicos que nos propõem negócios, aos quais nos somamos com investimentos iniciais, geralmente de 5 milhões em diante, que podemos incrementar de acordo com a evolução de cada negócio.

JP – Eu diria que as áreas de eleição são os bons projectos! Quero sublinhar que analisaremos projectos de todos os sectores, todos sem excepção, que nos sejam presentes. Depois se irão seleccionar os que se mostrem mais robustos e fiáveis no que respeita ao sucesso do investimento. Talvez seja o momento de esclarecer que o AfricaInvest também faz consultoria financeira e montagem de operações de crédito, recorrendo aos conhecimentos e à credibilidade de que desfruta junto de bancos e outras entidades financeiras, sobretudo nos EUA, para, por exemplo, agregar consórcios com vista à concessão de crédito. Este tipo de serviços, bem como a busca de mais investidores para envolver nos projectos de investimento, são ajudas muito importantes que podemos prestar para encontrar as pretendidas soluções financeiras.

De que valor estamos a falar em termos de disponibilidade para investir a curto, médio e longo prazo?

DVM – Quando analisamos uma operação, geralmente começamos com participações que vão de 5 a 15 milhões. Mas, estando numa etapa inicial, decidimos estar

abertos ao que os possíveis sócios nos proponham. O fundo tem a sua política de investimento, mas que se pode complementar com investimento de sócios estratégicos ou outros bancos de investimento que estejam dispostos a acompanhar este processo. O importante é fazer uma selecção correcta, não apenas por sector, mas também por país.

JP – Como já foi dito, a disponibilidade imediata e directa são 100 milhões de dólares. Digo directa porque, conforme comentámos, o AfricaInvest terá um efeito multiplicador e amplificador do investimento, agregando outros investidores em muitos dos projectos em que venha a participar, em virtude da credibilidade e da confiança que aporta aos mesmos. Por outro lado, a mais largo prazo, estamos certos de que o capital disponível vai aumentar, por força do próprio crescimento do fundo e das novas entradas que se vão verificar, constatada a sua rentabilidade e segurança.

Que condições consideram aceitáveis para investir num determinado país?

DVM – Não existem barreiras de regulação, se sabes como aproveitá-las de maneira eficiente. O que a princípio pode parecer um obstáculo pode muito bem converter-se numa oportunidade, se souberes adaptar-te. Assim sucedeu na nossa experiência da América Latina, sendo viável replicar o êxito desta experiência também em África. Curiosamente, e este dado passa muitas vezes despercebido, existem vários países africanos cuja classificação no *ranking* do Índice de Liberdade Económica está ao mesmo nível de Espanha, como, por exemplo, Cabo Verde, Marrocos ou Costa do Marfim.

JP – Pessoalmente creio que, como qualquer outro investidor, a estabilidade política e social e a segurança jurídica são sempre muito importantes. A garantia da possibilidade de retorno do capital investido e do legítimo rendimento obtido é, obviamente, de fundamental importância para o fundo. Riscos deste tipo não são em princípio admissíveis. Somos investidores, não somos aventureiros.

Quais são as vossas expectativas no que se refere a investimentos que já tenham em curso ou de outros que tenham em carteira?

DVM – Sem qualquer dúvida, a insegurança jurídica ou económica no actual contexto internacional é a primeira expectativa a que temos de dar certeza, tanto à nossa equipa como aos nossos sócios capitalistas, daí irmos começar as nossas operações em países bem

determinados do continente africano, contando com sócios estratégicos que nos permitam conhecer a fundo a idiossincrasia que vamos enfrentar. No curto prazo, o risco porventura mais significativo que existe é que apareça uma crise nas bolsas internacionais em consequência da subida das taxas de referência, que produza um ajuste na liquidez global, que por sua vez provoque o chamado *flight to quality*, ou seja,



O que buscamos para esta primeira etapa é “comprar bem”. Com isto quero dizer: escolher bons projectos, bons sócios e boas economias a nível de país.

Damián Valenzuela Mayer,
CEO do LatinAmericaInvest



a venda de activos entendidos como de maior risco, por parte dos investidores, que os trocam por outros considerados mais seguros. A ser assim, os projectos de investimento tanto em África como na América Latina poderiam ter uma paragem momentânea. Mas os 600 milhões de pessoas com que conta a América Latina e os 3000 milhões a que chegará África em poucos anos supõem um prémio da taxa de juro. Vai ser necessário satisfazer as necessidades da população em cada uma das regiões se queremos, por exemplo, evitar as crises migratórias com destino aos EUA e à Europa. No longo prazo preocupa-nos a forma como se vão geopoliticamente acomodar os distintos blocos, EUA, China, Europa, Rússia, e também os fenómenos culturais em como a humanidade decida desenvolver-se ou autodestruir-se, pelo menos na forma em que hoje conhecemos o mundo. Neste contexto, o que buscamos para esta primeira etapa é “comprar bem”. Com isto quero dizer: escolher bons projectos, bons sócios e boas economias a nível de país.

JP – Escolher bons projectos significa, pois, analisar com muita prudência e profundidade a viabilidade económica dos projectos, mas sempre com rapidez e eficácia, porque, sendo empresários, sabemos muito bem o que representa o tempo para os negócios! Outra preocupação que teremos é a diversificação, tanto a nível de sectores como de países. Como recomenda a velha sabedoria popular: “não se devem pôr todos os ovos na mesma cesta.” A propósito de blocos, devo dizer que tenho defendido, em várias ocasiões e através de diversas iniciativas, uma aproximação e reforço do relacionamento económico entre a América Latina e África, como contribuição para um melhor equilíbrio geopolítico mundial. Entendo que tal aproximação, sendo um inegável factor de desenvolvimento para ambos os continentes, reservas estratégicas da humanidade, abre novos horizontes de menor dependência dos blocos tradicionalmente dominantes. De resto, a minha própria participação no AfricalInvest e no LatinAmericaInvest não é, evidentemente, estranha a este entendimento.

Como se podem apresentar projectos ao AfricalInvest?

DVM – A difusão que fazemos da nossa presença em África, seja através da comunicação social, participação em organizações empresariais, ou as nossas alianças com embaixadas de países africanos, é o que permite a apresentação de projectos de negócios e fundamentalmente de empresários africanos que se convertam em sócios locais. O Jorge, em Lisboa, e eu,

em Madrid, com as respectivas equipas e escritórios, somos os encarregados desse primeiro contacto que logo permite avaliar a viabilidade do investimento.

JP – Só posso acrescentar que não somos burocratas. A nossa longa experiência empresarial e o muito respeito e consideração que temos por todos os investidores são garantia da maior facilidade de contacto, sem nenhum formalismo, para apresentação de projectos e da rapidez de resposta. Quero ainda destacar que a nossa ligação a várias organizações empresariais, associações e câmaras de comércio e indústria é realmente um canal privilegiado de acesso a projectos de investimento.

A nível pessoal, qual a vossa relação com África?

DVM – Apostamos muito pela geração cultural no tema educativo, porque se vamos a um país e se

contribui para montar uma escola, podes fazer com que a sociedade no seu conjunto defenda mais o projecto que estamos a desenvolver. Se levamos um gerador eléctrico, um poço de água, uma escola, e o trabalho de gestão das colheitas que temos, é ganhar para todos. Ganha a população local, e ganhamos nós, gerando desenvolvimento económico e social sustentável no seu conjunto.

JP – Da minha parte, sendo português, tenho naturalmente uma relação histórica e cultural com a África Lusófona, onde tenho numerosos amigos. Mas conheço todo o continente africano, de norte a sul, que sempre me deslumbrou pela sua grandeza, diversidade e aura de mistério. Na realidade, África fascina-me, e sinto que é meu dever ajudá-la, no que possa, a desenvolver-se de forma sustentável, até porque disso depende o futuro da humanidade! 



**África
fascina-me,
e sinto que
é meu dever
ajudá-la, no
que possa, a
desenvolver-
-se de forma
sustentável.**

Jorge Pais,
director do Africainvest

Próximo do país Exigente com o poder Atento à Lusofonia



"APROVEITAR AS OPORTUNIDADES QUE O MERCADO NOS DÁ"

O BANCO DE FOMENTO ANGOLA ASSUMIU O COMPROMISSO DE SER UM PARCEIRO NÃO SÓ DOS INVESTIDORES PRIVADOS COMO DO ESTADO PARA QUE OS PROJECTOS DE INVESTIMENTO DÊEM O RETORNO CERTO: O CRESCIMENTO DA ECONOMIA. O CEO DO BANCO, **LUÍS GONÇALVES**, GARANTE QUE ESTÁ DISPONÍVEL PARA AVALIAR E APOIAR OS PROJECTOS QUE SÃO BANCÁVEIS E EM QUE OS RISCOS ESTEJAM DEVIDAMENTE ACAUTELADOS.

TEXTO **DÍRCIA LOPES** FOTOS **VÍCTOR MACHADO**

O Banco de Fomento Angola (BFA) chamou a si o propósito de ser o parceiro certo para quem pretende investir no país. Em entrevista à *Forbes África Lusófona*, em Lisboa, durante o EurAfrican Forum, o CEO do BFA, Luís Gonçalves, realçou que a instituição que lidera tem no terreno "muitas iniciativas que vão desde o sector privado, como na área do agroalimentar, onde tem financiado muitos projectos, como também o financiamento directo ao Estado para projectos específicos, seja de construção de pontes, estradas, hospitais, entre outros".

Luís Gonçalves detalhou: "Nos últimos anos, o que temos feito é aproveitar todas as oportunidades que o mercado nos dá e os projectos que vão surgindo para o banco nos quais se tem a noção clara de que são bancáveis e em que os riscos estão devidamente acatados. O banco tem vindo a avaliar esses projectos."

O CEO do Banco de Fomento Angola antecipa: "O objectivo para o futuro é continuar a fazer a mesma coisa. Estamos focados em fazer parte das soluções garantindo, do nosso lado, mais financiamento à economia e também ao Estado para aquilo que forem as iniciativas que forem surgindo."

Questionado sobre os valores que tem canalizado em termos de investimento, o gestor apenas detalha: "Nos

últimos dois anos, o balanço do banco, do ponto de vista do financiamento da economia, cresceu de uma forma bastante expressiva, apoiámos muitos projectos desde o sector agrícola ao industrial." E reitera o objectivo de "continuar a avaliar os projectos conforme forem chegando", sendo que vão alocando as disponibilidades que têm.

INCENTIVOS NÃO FALTAM

E porque quem investe não quer apenas a boa vontade do mercado, Luís Gonçalves lembra que há incentivos que permitem facilitar a prossecução de negócios. "Há alguns incentivos até ligados a um programa patrocinado pelo Banco Nacional de Angola que permite a redução de taxas de juro, o que faz com que os projectos tenham mais possibilidade de vingar e terem retorno." O CEO do BFA destacou ainda que está previsto "mais um pacote de medidas que vão começar a sair e que podem também promover a melhoria do ambiente de negócios no país e com isso também garantir que, do lado dos bancos, haja um conforto maior para se continuar a apoiar a economia e que, acima de tudo, do lado dos promotores exista disposição de avançarem para projectos". Luís Gonçalves não tem dúvidas: "É disso que o país precisa: de que exis-



tam pessoas interessadas em implementar projectos, sejam eles grandes ou pequenos, não interessa. A verdade é que em economia mexe-se em tudo. É também nos pequenos projectos, é também nas pequenas operações, que se ajuda a gerar crescimento económico. É nisso que o BFA também está focado.”

O gestor garantiu ainda que o sector bancário tem apostado em encetar “enormes melhorias” na forma de actuar no mercado para também dar confiança a quem investe. Luís Gonçalves socorreu-se das conclusões do último relatório do Grupo de Acção Financeira (GAFI), uma *task force* que avalia os riscos de *compliance* – muitos deles ligados ao financiamento do terrorismo, armas de destruição e branqueamento de capitais – para assegurar que a evolução no mercado angolano “é notória”.

O gestor lembra: “Angola, ao contrário de vários outros países africanos que acabaram por entrar para a lista cinzenta onde ficam com mais limitações para conseguirem operar no sistema financeiro internacional, não entrou nessa lista.” As melhorias que têm sido adoptadas fizeram com que o país ficasse no grupo dos bancos africanos que tiveram melhor avaliação.

Este desempenho “indica o esforço que o país fez e acima de tudo o esforço que os bancos fizeram também com o suporte do banco central, que melhorou bastante o seu próprio nível de organização e de maior sensibilidade a estes temas que são preocupantes e que inviabilizam a maior parte desses projectos”.

MUDAR A IMAGEM

Aproveitando que se estava à margem de um fórum para debater as relações entre europeus e africanos, o CEO do BFA afirmou à *Forbes África Lusófona*: “Quando falamos da parceria entre Europa e África, uma parte do problema esbarra na percepção de que África é um continente muito arriscado. Mas não é muito arriscado porque não se consegue bons retornos do investimento. Essa percepção está muito ligada à impressão de que África não joga com as mesmas regras que os outros.” Luís Gonçalves considerou que o continuar deste cenário é uma preocupação. Por isso, com base na avaliação positiva do GAFI, realça: “Demonstrar ao mundo que o sistema financeiro angolano utiliza as mesmas regras que o sistema financeiro internacional é um passo gigante para permitir que as nossas relações sejam mais fluidas e, com isso, o país consiga também atrair mais investimento.”

E não deixou de realçar: “A atracção de investimento terá sempre de passar pela banca, venha de onde vier. Os bancos são sempre um *player* relevante para participar



Mudança accionista em standby

O accionista de referência, Banco Português de Investimento (BPI), tinha no terreno o processo de venda da posição de 48,1% que tem no Banco de Fomento Angola (BFA), sendo que já eram conhecidos os dois potenciais candidatos à compra: o grupo Carrinho e a Gemcorp. Entretanto veio a público que o BPI suspendeu o processo de venda dando como argumento as condições de volatilidade do mercado. A contínua depreciação do kwanza, a moeda angolana, é uma condição que torna o negócio inviável sem que se saiba ainda quando será retomado.

porque os fundos são canalizados para eles, sendo depois disponibilizados para as empresas e para os investidores. Os dados são muito positivos”.

No âmbito do painel “Supporting sustainable financing for growth”, Luís Gonçalves lembrou que o continente “tem uma população de 1,3 mil milhões de pessoas, sobretudo jovens. Há muitas oportunidades no continente”. O CEO do Banco de Fomento Angola admitiu que “a percepção de muitos países sobre África não é boa. Precisamos de mudar. Os números não mentem. Nos últimos 20 anos assistimos a um decréscimo de investimentos em África de países da Europa. Mas, ao mesmo tempo, os investimentos da Ásia, sobretudo, da China, aumentaram muito”.

Por isso, defendeu que “os países da Europa têm de encontrar uma nova forma de lidar com África. Não devem ter medo de lidar connosco. Este é o século de África”. E concluiu que a Europa, se não o fizer, corre o risco de ser ultrapassada. **1**



A era em que somos reféns dos likes

O mundo vive da diversidade, de estágios de desenvolvimento económico distintos ao nível global, onde alguns são mais ricos, e outros, mais pobres, continentes e países mais ou menos maduros, mais ou menos desenvolvidos, no entanto, relativamente ao “fenómeno *likes*” não existe qualquer desigualdade. É actualmente um ponto comum ao nível planetário. Este fenómeno onde “a aprovação virtual substitui a vida real e até a escuta activa” supera absolutamente todas as desigualdades e é um ponto comum de toda a diversidade. E, como é óbvio, o mundo lusófono não é a excepção à regra.

Vivemos numa sociedade de *likes*, onde as redes sociais se tornaram uma parte integrante das nossas vidas. Com um simples clique, podemos compartilhar as nossas opiniões, fotos e vídeos com milhares de pessoas em todo o mundo. No entanto, esta ligação e exposição virtual tem um lado completamente irreal e de criação de cenários inexistentes. Onde a aprovação virtual substitui a escuta, o convívio e a autenticidade.

Neste contexto, as pessoas estão mais preocupadas em receber *likes* e comentários das suas postagens criadas do que em ouvir e entender as opiniões construtivas por outras vias. Esta realidade remete-nos a uma cultura de ego-centrismo, onde as pessoas estão mais preocupadas em promover um sonho a maioria das vezes ao invés de conectar com a realidade.



Esta ligação e exposição virtual tem um lado completamente irreal e de criação de cenários inexistentes. Onde a aprovação virtual substitui a escuta, o convívio e a autenticidade.

A questão com o fenómeno dos *likes* é que cria-nos uma ilusão de ligação, mas, na verdade, priva-nos do convívio e das ligações reais. As redes sociais permitem-nos compartilhar as nossas vidas e actividades com milhares de pessoas, mas isso não significa que estamos efectivamente em contacto com elas. Na verdade, muitas vezes estamos mais isolados, a criar uma bolha virtual onde apenas as opiniões que concordam com as nossas são as eleitas de serem ouvidas. Por outro lado, o fenómeno *likes* também cria uma cultura de competição e comparação. As pessoas estão constantemente a comparar as suas vidas com a dos outros, tentando provar que são melhores ou mais bem-sucedidas. O que pode levar a sentimentos de inveja, ansiedade e depressão, especialmente entre os jovens.

A maioria das pessoas actualmente apenas ouve com a ansiedade de responder e não com o objectivo de entender e de relacionar. São constantes as vezes em que deixamos de ouvir, nos debates, nas aulas, nos seminários, nas conferências e até mesmo no ambiente familiar, para recorrermos ao escape ou simplesmente vício dos telefones. A escuta activa é fundamental para a conexão humana. Quando ouvimos activamente, estamos a demonstrar atenção ao que nos é dito e, acima de tudo, a alargar a possibilidade de aprendizagem. A criar um senso de ligação e empatia, fundamental para a saúde mental e emocional.

O fenómeno dos *likes* transporta-nos para um segundo estágio que é a cultura da polarização: onde a diversidade de opiniões se torna num grande obstáculo para a comunicação. As opiniões passam a ser cada vez mais extremas e cada vez mais de carácter radical. A polarização é um fenómeno que acontece quando as pessoas se juntam em torno de opiniões extremadas e recusam-se a ouvir as opiniões contrárias, pois as mesmas passam a ser intoleráveis.

Fazem falta as redes sociais? Obviamente que sim, trazem-nos uma nova perspectiva, expansão e amplitude à escala mundial. Não há sequer margem de retrocesso, no entanto, exige um grande equilíbrio de todos nós e um gigante desafio na distinção do mundo imaginário e da realidade.

Precisamos de estar mais atentos, a ouvir as várias opiniões, a estar abertos a diferentes perspectivas. Isso significa estar disposto a aprender uns com os outros, a considerar outros pontos de vista. Igualmente significa estarmos dispostos a mudar de opinião quando a nossa ideia não se apresenta a mais favorável. Apenas estamos a dar espaço ao crescimento e à aprendizagem. Além disso, precisamos de concentrar-nos em criar um ambiente



**Fazem falta as redes sociais?
Obviamente que sim, trazem-nos
uma nova perspectiva, expansão
e amplitude à escala mundial.**

de comunicação saudável e de respeito. Significa evitar ataques pessoais e insultos, dar espaço à discussão de ideias e de opiniões de forma construtiva. Também significa estar disposto a concordar ou discordar e, acima de tudo, a reconhecer que as diferenças de opiniões são parte integrante da diversidade humana. Vamos apelar à era da autenticidade, da criatividade, do respeito mútuo, da interajuda, da inclusão, da paixão, da alegria, do que é efectivamente relevante. 

INVESTIR NAS PARCERIAS LUSÓFONAS

ISABELLE DE OLIVEIRA FUNDOU O INSTITUTO DO MUNDO LUSÓFONO PARA VALORIZAR A RIQUEZA ECONÓMICA, CULTURAL E SOCIAL NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA. DESTACA A RELEVÂNCIA DE SE CRIAR UMA VERDADEIRA UNIÃO ECONÓMICA LUSÓFONA. E DEFENDE QUE O SUCESSO DA LÍNGUA PORTUGUESA PASSA PELA APOSTA EM PARCERIAS DE INVESTIMENTO NAS ECONOMIAS DINÂMICAS NO ESPAÇO DA CPLP.

TEXTO DÍRCIA LOPES FOTOS FILIPE SOUSA

Dar voz à lusofonia e valorizar a riqueza económica, cultural e social existente na rede dos países de língua oficial portuguesa serviu de mote para a criação, em Paris, do Instituto do Mundo Lusófono pela mão da professora luso-descendente Isabelle de Oliveira.

Em entrevista à *Forbes África Lusófona*, Isabelle de Oliveira explica: “As comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo, em uníssono com os países da CPLP, constituem um importante *networking*, estrategicamente pertinente nas suas múltiplas vertentes, tendo em conta as problemáticas actuais que se colocam a nível planetário.” Desta percepção nasceu a ideia de que ter o Institut du Monde Lusophone (IMLus) na capital francesa “permitiria ter pela primeira vez em Paris uma vitrina da lusofonia, à imagem de grandes institutos que já existiam em Paris, como, por exemplo, o Instituto do Mundo Árabe. Era uma lacuna importante para colmatar”.

Além de destacar que o IMLus veio complementar uma necessidade existente dentro da própria CPLP: “As outras organizações lusófonas são de carácter maioritariamente governamental ou diplomático. O IMLus é um organismo de iniciativa privada, mas que obviamente se relaciona com as instituições políticas e governamentais. O IMLus é também a prova de que se podem criar projectos nobres a partir da sociedade civil e com o apoio do mundo empresarial, que tem aqui um papel determinante.” Para Isabelle de Oliveira, “só assim podemos levar as cores da lusofonia ainda mais longe, escrevendo uma nova página, mais moderna e progressista”.

A MAIS-VALIA DO PORTUGUÊS

Desde a fundação, o propósito tem sido de defender ao longo dos anos que a língua portuguesa deve, a par das línguas restantes, afirmar-se como língua científica, técnica, económica, financeira ou jurídica. “Temos de acreditar que o português tem vocação para ser uma língua de transmissão de conhecimentos e de produção de material de referência, uma língua profissionalizante, uma língua da sociedade de informação, de criação artística e cultural”. Até porque não tem dúvidas “de que falar português é uma mais-valia profissional importante e determinante na concorrência internacional e nas economias globalizadas”.

Ainda que fisicamente esteja sediado em Paris, a fundadora do Instituto garante: “A nossa sede real é todo o mundo lusófono. Assim, a nossa ousadia e vontade tem sido a de levar o mundo lusófono numa megadigressão



Fórum Económico volta em 2024

No ano passado o IMLus realizou, em Lisboa, o Fórum Económico de 2022, em plena pós-pandemia de covid-19 e da actual situação na Ucrânia. A fundadora do lembra que nesse fórum surgiram as raízes para a realização de vários eventos nacionais e internacionais, com os parceiros intercontinentais e europeus a pedirem a continuidade deste tipo de acções. “Foram promovidos vários negócios graças ao *networking* proporcionado pelo evento, criaram-se pontes para futuras cooperações, e difundimos a nossa capacidade de promoção da língua portuguesa e das culturas lusófonas”, garante. Face a este cenário, assume: “Em 2024, pensamos voltar a Lisboa para a 3.ª edição do Fórum Económico internacional, depois de neste ano termos estado no Funchal, novamente uma surpresa o número de individualidades que se deslocaram à Madeira, desde Paris e de toda a CPLP, para estarem connosco a debater a lusofonia e a incentivar a criação de novos negócios como elemento de construção de uma união económica lusófona.”

através dos continentes, das culturas, dos povos.” Quanto aos eixos de actuação do IMLus – Portugal, refere que as actividades se desenrolam, sobretudo, em torno da economia, da educação, da cultura e da diáspora.

Questionada sobre se já atingiu a meta de transformar o IMLus numa vitrina da lusofonia, a presidente do órgão começa por defender: “Os objectivos de uma qualquer instituição, quando são ambiciosos e baseados em

propósitos que interferem, de forma positiva, com a própria sociedade, nas suas diversas vertentes, não se atingem de um momento para o outro, até porque estão constantemente a surgir novos desafios, novos caminhos para explorar e trabalhar.” No entanto, acredita: “O trabalho que temos vindo a realizar de forma estratégica e sustentável já nos permitiu abrir a vitrina da lusofonia ao mundo, e isso é incontornável. O IMLus é já hoje uma instituição com um trabalho reconhecido, tanto no mundo lusófono como no francófono, e cada vez mais solicitado pela sua *expertise* na educação, o suporte ao desenvolvimento económico e não só.”

À pergunta se no universo dos negócios há oportunidades que podem surgir nesta ponte entre a lusofonia e a francofonia, a professora na Université des Cultures – Sorbonne Nouvelle defende que estes são “dois importantíssimos universos linguísticos, económicos e culturais que só têm a ganhar em associar-se e em ajudar-se mutuamente para, em conjunto, vencerem os múltiplos desafios com que já nos deparamos e que se avizinham”.

Isto porque defende: “É desta união de esforços, de vontades, de inteligências e saberes diversos que pode nascer – muitas vezes nasce – a solução para os inúmeros problemas económicos (e não só) de cada um, de cada sector, de cada realidade social e económica.”



É desta união de esforços, de vontades, de inteligências e saberes diversos que pode nascer – muitas vezes nasce – a solução para os inúmeros problemas económicos

OPORTUNIDADES NA ECONOMIA

Isabelle de Oliveira refere que é importante continuar-se, através do IMLus, “a desenvolver o conhecimento nas grandes apostas da mundialização das economias, acentuando as relações entre o mundo lusófono, o mundo francófono, fortalecendo os laços entre a comunidade lusófona e francófona”. Até porque: “Esta é uma oportunidade única para o encontro de decisores económicos e de empreendedores, a fim de trocar ideias sobre novas perspectivas de empreendedorismo, dando visibilidade às empresas, encorajando e facilitando oportunidades

de negócio: na economia de mercado, economia verde, economia azul, economia social, economia do desporto, economia do turismo, indústrias culturais e criativas.”

Neste mundo em que tudo está à distância de um clique, a dúvida que persiste é se o português poderá vir a ter mais relevância no panorama dos negócios a nível internacional. Isabelle de Oliveira sublinha que a língua portuguesa “é uma mais-valia que é, frequentemente, negligenciada no plano económico, mas que, no

União de esforços

Desde a inauguração do IMLus em dezembro de 2017 que o caminho tem sido de unir esforços com outras instituições. Isabelle de Oliveira realça que: “Temos parceiros privilegiados como o Senado francês, a UNESCO, a empresa Total, a Région Île-de-France, o Museum Naturel, parcerias universitárias, Câmara de Comércio e de Indústria de Paris e o setor empresarial tanto no universo da lusofonia como da francofonia”. E sublinha que todos “têm dado um contributo muito especial a todo o projeto, porque partilhamos uma mesma visão sobre a importância da lusofonia e também da sua interação e complementaridade com a francofonia”.



entanto, representa uma dimensão essencial, que não pode nem deve ser minimizada. Mas a verdade é que o seu potencial ainda é subestimado”. E lembra: “Atendendo aos indicadores macroeconómicos, aos indicadores populacionais e à cultura que os une, nomeadamente a língua, a lusofonia tem todas as condições para vir a ser uma zona económica de importância global, como a União Europeia.”

Apesar de admitir que ainda estaremos muito longe desse cenário, não deixa de sublinhar: “O caminho faz-se caminhando, e acredito que chegou o momento de zelar pela construção de uma verdadeira união económica lusófona e estruturar melhor as redes económicas lusófonas, baseadas na sua singularidade cultural.”

Além de uma zona de influência cultural e política, assume que a lusofonia pode transformar-se num espaço de desenvolvimento e de trocas económicas. “Pensar a lusofonia económica é utilizar o próprio instrumento da língua portuguesa e da cultura como alavanca de crescimento e influência. É perfeitamente possível negociar em português sem recorrer obrigatoriamente ao inglês”, detalha.

A fundadora do IMLus salienta que está demonstrado que “dois países que partilhem laços linguísticos tendem a fazer mais 65% de trocas do que quando esses laços não existem”. Em contrapartida, refere: “Há uma correlação negativa entre os entraves linguísticos e o comércio: um aumento de 0,10 do índice de obstrução linguística (que corresponde a uma diminuição de 10% das características linguísticas comuns) reduz as trocas entre 6,8% e 9,8%”. Por isso, sugere: “Temos, pois, de as abolir ou promover o alargamento do espaço geográfico de uniformidade linguística em português, através das alianças naturais.”

Para Isabelle de Oliveira, o “sucesso da nossa língua passa pela aposta clara em parcerias de investimento nas economias dinâmicas no espaço da CPLP, com Brasil e Angola à cabeça, mas tendo também em conta os vastos recursos energéticos existentes em Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor”. Isto sem esquecer que, na avaliação do peso económico da língua, o valor das indústrias da língua é apresentado hoje como um importante instrumento de criação de riqueza e emprego.

O PAPEL DE ÁFRICA

A presidente do IMLus lembra que vários países de língua oficial portuguesa têm vindo a tornar-se atractivos para os investidores e empreendedores. Por este motivo, “assistimos a um interesse crescente pela língua portuguesa. Percebe-se que o domínio do português potencia

oportunidades de negócio e, por esse motivo, países como a China elegeram a aprendizagem da nossa língua como objectivo estratégico”. Além de, nas suas palavras, o mundo dos negócios ter descoberto que “o uso padronizado do inglês normalizado universal pode levar ao empobrecimento do comércio e, inclusivamente, a mal-entendidos, tanto no seio da empresa quanto nas relações com os parceiros. A tomada de consciência do valor acrescentado de empregar falantes de português começa lentamente com a evolução dos métodos de formação em português”.

No actual mundo económico, Isabelle de Oliveira acredita que África poderá ter “um papel único que deve ser potenciado e não negligenciado como tem acontecido até agora, de certa forma”. E destaca que, no continente africano, “Angola, por exemplo, tornou-se no principal país exportador de petróleo. As maiores descobertas da actualidade de reservas de hidrocarbonetos



Chegou o momento de zelar pela construção de uma verdadeira união económica lusófona e estruturar melhor as redes económicas lusófonas, baseadas na sua singularidade cultural.

foram feitas em três países de língua oficial portuguesa (Brasil, Angola e Moçambique), sendo que Angola e Moçambique apresentam um crescimento do PIB muito superior ao dos países europeus”. A fundadora do IMLUS refere ainda que não é de surpreender que a língua portuguesa seja considerada a sexta língua de negócios do mundo pela Bloomberg.

Neste contexto, no próximo século, “com a sua riqueza linguística incomparável e a emergência previsível da sua economia, África desempenhará um papel determinante, a par da Europa poliglota, no posicionamento cultural e linguístico da futura aldeia global”. Por isso, não tem dúvidas: “O português é a terceira língua de África, o continente do futuro (onde o francês entrou em perda acelerada), afirmando-se o árabe, o português e o inglês. O castelhano não está presente em África. É fundamental continuar a investir no ensino da língua portuguesa, designadamente, em África que, a meu ver, representa o futuro da lusofonia.” 



"O CONTINENTE NÃO ESTÁ NO LUGAR EM QUE DEVEIA"

CABO VERDE ACOLHEU A REUNIÃO DO AFRICAN CAUCUS, QUE JUNTOU NA ILHA DO SAL MAIS DE 300 PARTICIPANTES. ENTRE ELES, OS MINISTROS DAS FINANÇAS E OS GOVERNADORES DOS BANCOS CENTRAIS DOS PAÍSES AFRICANOS, MEMBROS DA UNIÃO AFRICANA, REPRESENTANTES DO BANCO MUNDIAL E DO FMI, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E ALTAS ENTIDADES CABO-VERDIANAS.

TEXTO **SORAIA DEUS** FOTO **PEDRO MOITA**

Agir concertadamente e com metas comuns, foi esta a grande resolução do African Caucus, neste ano presidido por Cabo Verde, onde se concluiu que, mais do que palavras, agora é tempo para a acção. Uma acção conjunta, coordenada e que coloque África a falar a uma só voz.

"Não podemos esperar que sejam os outros a resolver os nossos problemas. Somos nós, os africanos, que temos de promover o nosso próprio desenvolvimento", afirmou o presidente do African Caucus, ministro das Finanças e do Fomento Empresarial de Cabo Verde.

Olavo Correia enfatizou ainda: "África tem tudo para ser um continente de sucesso, tem recursos endógenos, tem um território vastíssimo, tem uma juventude pujante. É preciso criar condições para manter os recursos humanos em África."

A reunião de alto nível aconteceu na ilha do Sal, durante três dias, com vários temas em cima da mesa, discutidos por governadores dos bancos centrais, ministros, representantes do FMI e do Banco Mundial, conhecidas como "Instituições de Bretton Woods" (BWI).

O ponto de partida foram as grandes vulnerabilidades do continente, agudizadas pelo contexto mundial



do aumento da inflação e da guerra na Ucrânia e dos efeitos cada vez mais visíveis das alterações climáticas. O aumento da dívida externa dos países africanos e as dificuldades cada vez maiores de acesso aos financiamentos convencionais tornam-se entraves sérios ao desenvolvimento.

“O continente africano é composto por países muito diferentes, muito heterogêneos, mas ao mesmo tempo com muitos desafios comuns. Todos procuram alcançar um crescimento inclusivo e sustentável. Penso que esse é um elemento agregador, assim como a redução da pobreza extrema”, afirmou Keiko Miwa, diretora do Banco Mundial para Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal.

Ousmane Diagana, vice-presidente do Banco Mundial para África Ocidental e Central, referiu a urgência de África falar “a uma só voz” perante as instituições internacionais de financiamento. “Face ao muito difícil contexto mundial, só com uma voz e visão comuns África conseguirá maximizar o apoio à sua agenda de desenvolvimento. Espero que além das discussões seja possível chegar a acções concretas, não só para conseguirmos mobilizar mais apoio financeiro, mas também apoio técnico e conhecimentos que, de facto, contribuam para uma melhoria das condições de vida dos africanos.”

MELHORAR A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

Aceder a novas formas de financiamento menos assistencialistas junto das BWI parece ser o caminho, num momento em que há uma clara retracção no apoio através de fundos concessionais. Na reunião do Sal ficou clara a necessidade extrema de investimentos voltados para os sectores da energia e do ambiente como forma de mitigar os efeitos das alterações climáticas e de tornar os países africanos menos vulneráveis.

Por isso, na Declaração do Sal, o documento com as resoluções finais da reunião, os países africanos exortam o Banco Mundial e o FMI a apoiar a mobilização do financiamento climático de 2,8 triliões de dólares, através dos sectores público e privado, para suprir a lacuna de financiamento face às necessidades climáticas de África.

É também feita pressão para que seja cumprido o compromisso assumido na Cimeira sobre o Financiamento das Economias Africanas realizado em Maio de 2021 em Paris e que estipula o financiamento a África de 20 biliões por ano para garantir o acesso à electricidade a mais de 600 milhões de pessoas e de energias limpas para cerca de 900 milhões de pessoas em todo o continente.

O mesmo documento pede também processos mais céleres e ágeis no acesso a financiamentos, por parte das BWI.

“Queremos melhorar e aproximar os países do sistema financeiro internacional global, e para tal temos de reforçar o papel do Banco Mundial e do FMI junto desses países. No quadro da reforma do Banco Mundial, estamos a procurar ser mais céleres e eficazes nas nossas respostas. Estamos a trabalhar para ter um banco maior, com mais recursos, mas também um banco melhor”, afirmou Abdoul Salam Bello, director executivo do Banco Mundial.

Desafios que também exigem respostas dos países, que devem criar as condições para aceder a outro tipo de financiamentos. O FMI disponibilizou um novo Fundo para a Resiliência e Sustentabilidade criado para apoiar os países a lidarem com os desafios das mudanças climáticas. “Todos os países são elegíveis. Nalguns, mais avançados, o fundo poderá servir para criar o quadro legal para os investimentos privados, noutros será para investir directamente em acções para mitigar os efeitos das alterações climáticas. Tudo depende das especificidades de cada país. Mas o que pedimos aos países é que tenham um plano robusto e sustentável para poder aceder a este fundo”, explicou Abebe Selassie, director do Departamento Africano do FMI.

CABO VERDE, UM CASO DE SUCESSO

O país anfitrião do African Caucus foi apresentado ao continente como um exemplo de sucesso. A boa governação e a recuperação económica pós-pandemia são dois indicadores de confiança para as BWI. “Cabo Verde destaca-se por



ter políticas muito sólidas. A evolução da dívida tem sido muito mais favorável do que se imaginava, em grande parte como resultado das medidas macroeconómicas adoptadas. Por essa razão estamos neste momento a trabalhar activamente para que Cabo Verde seja um dos próximos países a aceder ao, ainda muito restrito, Fundo para a Resiliência e Sustentabilidade”, disse Afonso Bevilaqua, representante de Cabo Verde no FMI.

Efectivamente, o país está a ser pioneiro em África na renegociação da sua dívida pública, transformando-a em investimentos no sector da economia verde e do ambiente. Um facto que já foi confirmado através de um acordo assinado entre os governos de Cabo Verde e Portugal, mas que se quer estender a outras nações.

Além disso, o país lançou recentemente para o mercado de capitais um conjunto de obrigações para fomentar o investimento na economia azul, em sectores como o mar e os transportes marítimos.

“A operação foi lançada através da nossa plataforma Blu-X, que é uma plataforma de negócios e investimentos sustentáveis, sejam obrigações azuis, obrigações verdes, ou obrigações sociais”, explicou Miguel Monteiro, presidente da Bolsa de Valores de Cabo Verde, que diz que a oferta das obrigações azuis excedeu as expectativas e motivou até um aumento do capital inicialmente disponível. A operação foi apresentada no African Caucus como um exemplo de boas práticas e de novos modelos de financiamento da economia africana.

Keiko Miwa, que representa Cabo Verde no Banco Mundial, também expressou a “forma impressionante como o país tem atingido os seus objectivos em apenas 48 anos de independência”. Keiko afirmou também o reforço do apoio da instituição ao país ao nível da energia, capital humano, turismo e desenvolvimento sustentável.

O DESAFIO DA LIDERANÇA

“África não está no lugar em que devia estar.” Foi com estas palavras que Olavo Correia, ministro das Finanças de Cabo

Verde, a presidir ao African Caucus, iniciou o seu discurso de encerramento. Um discurso emotivo a apelar a mais acção. “África é um continente com recursos naturais, financeiros e humanos, mas temos milhões de africanos que vivem na escuridão, na pobreza, sem acesso a água, energia e saneamento, e milhões de jovens que não têm acesso a empregos, rendimentos e procuram outros países para viver, pondo em causa as suas próprias vidas”, afirmou.

Olavo Correia apelou a um forte empenho de todos os países no sentido de combater a pobreza extrema e o desemprego, criando oportunidades de empregos qualificados para os africanos. “Ficou muito claro, neste encontro, que, antes de pedirmos a terceiros, temos de ter uma boa governação, com transparência, temos de mobilizar recursos endógenos, fechar as portas à corrupção, ao branqueamento de capitais, aos financiamentos ilícitos e a tudo aquilo que sai de África de forma ilegal.”

Segundo o ministro das Finanças e do Fomento Empresarial de Cabo Verde, o maior desafio ao desenvolvimento do continente está nas suas lideranças, e não nos meios. “Os meios existem, como todos sabemos. O mais importante é a liderança, precisamos de lideranças esclarecidas, motivadoras, democráticas, que sejam capazes de orientar o caminho para o desenvolvimento.”

O African Caucus mobilizou uma organização de mais de uma centena de pessoas, muita logística e protocolos de segurança exigentes face às personalidades que marcaram presença, uma oportunidade de Cabo Verde mostrar a sua capacidade de organização de eventos de alto nível. No final, o balanço foi positivo. “Muitos não acreditavam que fosse possível tanta gente na ilha do Sal. Uma dinâmica fora do habitual, ministros, governadores, secretários de Estado, as mais altas entidades do Banco Mundial e do FMI. Mas a equipa trabalhou e trabalhou bem, isso demonstra que somos capazes, e todos ficaram muito satisfeitos com o que fizemos”, afirmou Olavo Correia, visivelmente emocionado, no fim do primeiro African Caucus em Cabo Verde. 📌



**EDIÇÕES
DE ANGOLA**
ARTES GRÁFICAS

www.edicoesdeangola.com

UMA EMPRESA **INFINITAS** **POSSIBILIDADES**

EAL 1 [SEDE] SÃO PAULO

Rua Vereador Prazeres n.º 41-43,
Luanda-Angola
[244] 222 442 899 / 222 442 109
[244] 939 821 058 / 939 820 998
direccaogeral@edicoesdeangola.com

EAL 2 [FILIAL] BENFICA

Bairro Benfica, Lar Patriota, Luanda-Angola
[244] 939 821 061



PRÉ-IMPRESSÃO



TIPOGRAFIA



OFFSET



IMPRESSÃO DIGITAL



ACABAMENTOS



ENCADERNAÇÃO



CARTONAGEM



RÓTULOS/ETIQUETAS



EMBALAGENS



ENVELOPAGEM

facebook.com/edicoesdeangola

instagram.com/ealedicoesdeangola

linkedin.com/company/eal-edições-de-angola

ÁFRICA PRECISA DE MOEDAS FORTES

OS IMPORTADORES LOCAIS E OS INVESTIDORES NÃO RESIDENTES PRECISAM NORMALMENTE DE MOEDA FORTE – SOBRETUDO DÓLARES AMERICANOS – PARA PAGAREM A FORNECEDORES OU PARA DISTRIBUÍREM RECEITAS DE INVESTIMENTOS.

TEXTO **FORBES INTERNACIONAL** FOTOS **GETTY**

Os países africanos estão a ter cada vez mais dificuldades em conseguirem moedas fortes para comprarem importações e fazerem pagamentos a investidores estrangeiros, e esta região do globo está a sofrer os danos colaterais da luta que o mundo desenvolvido está a travar contra a inflação após a pandemia. Esta situação provocou um aumento da taxa de inflação na ordem dos 30%, numa altura em que as próprias moedas deste continente estão a perder valor, não se vislumbrando uma resolução rápida para o problema: seria necessário um maior volume de exportações e mais produção interna para substituir as importações e contrariar assim esta tendência.

“O principal motivo por trás desta escassez de dólares reside na pressão sobre a balança de pagamentos em virtude da chamada crise instalada que afecta muitas economias africanas”, afirma Christopher Adam, professor de Economia de Desenvolvimento na Universidade de Oxford.

Esta crise está relacionada com perturbações na cadeia de fornecedores em virtude da pandemia e com a recessão global daí resultante que conduziu a uma forte redução dos preços das principais exportações de África, a que se juntou a paragem do turismo, uma das principais fontes de entrada de dólares, acrescenta.



“O ressurgimento da inflação global e as políticas monetárias mais restritas daí resultantes conduziram a um aumento acentuado dos preços das principais importações e do custo dos empréstimos estrangeiros”, afirma Adams. “E a tudo isso veio juntar-se a invasão da Ucrânia por parte da Rússia bem como o consequente aumento do preço do petróleo, dos produtos alimentares e dos fertilizantes.”

Os importadores locais e os investidores não residentes precisam normalmente de moeda forte – sobretudo dólares americanos – para pagarem a fornecedores ou para distribuírem receitas de investimentos. Em países com controlo monetário, os dólares provêm dos bancos centrais, que os obtêm das exportações, remessas do estrangeiro, empréstimos estrangeiros e turismo.

Mas meses seguidos de saída de dólares das economias de alguns principais destinos de investimento de África, como é o caso de Egipto, Nigéria e Quênia, com pouco ou nenhum reforço das exportações, têm vindo a afectar as reservas em divisas dos bancos centrais e as moedas locais. A libra egípcia perdeu 20% do seu valor face ao dólar neste ano. Quanto ao naira, da Nigéria, baixou 39% desde o dia 14 de Junho, quando o banco central parou de indexar a sua moeda ao dólar americano e unificou várias taxas de câmbio. O au-

mento do custo de vida em virtude do crescente aumento do custo dos bens importados em termos de moeda local contribuiu para um aumento dos custos operacionais das empresas, para um abrandamento do crescimento económico e desencorajou novos investimentos. E o controlo monetário não fará grande diferença.



Se os países tentarem impor uma taxa de juro fixa, essa escassez pode ser tangível. Uma flexibilização da taxa de câmbio pode conduzir a desvalorização.

“Se os países tentarem impor uma taxa de juro fixa, essa escassez pode ser tangível, mas uma flexibilização da taxa de câmbio pode conduzir a uma forte desvalorização” das moedas nacionais, afirma Adam, da Universidade de Oxford. As economias africanas precisam de uma retoma do investimento que permita abrandar esta escassez de moeda forte e – se devidamente canalizada – pode permitir a esses países um aumento da sua capacidade exportadora, investindo essa capacidade para substituir as importações por produtos nacionais. Mas isto não acontece de um momento para o outro num mundo onde economias avançadas não crescerão mais de 1,4% em 2024, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), e numa altura em que os títulos do Tesouro americano rendem 5% nas modalidades com maturidades a dois anos ou menos, sem risco cambial para investidores que negociam em dólares. O crescimento global, que era de 3,4% em 2022, deve abrandar para 2,8% neste ano e para 3% em 2024, limitando o apetite pelo risco dos investidores.

As intervenções no mercado cambial para reduzir estas pressões têm-se revelado úteis, mas provocaram ao mesmo tempo uma redução significativa das reservas em moeda estrangeira, alimentando outras medidas de controlo incluindo taxas de câmbio variadas, racionamento crescente de moeda forte e importações que dependem menos de moeda estrangeira.

O Fundo Monetário Internacional sugeriu várias medidas que os governos podem tomar para mitiga-

rem estes efeitos num boletim de Abril sobre a África Subsariana, mas todos eles exigem sacrifícios para os habitantes dos países afectados. Uma vez que a inflação é o resultado da desvalorização de uma moeda, os responsáveis políticos podem impor condições monetárias mais rigorosas, algo que se consegue geralmente aumentando as taxas de juro; isto é bom para atrair investidores estrangeiros, mas um problema para os mutuários nacionais. Os governos com défices orçamentais podem reduzir os mesmos, o que levaria a cortes na despesa ou a aumentos de impostos, medidas nada populares junto do eleitorado. Uma situação mais satisfatória seria acelerar o crescimento económico, voltando a alimentar o interesse de investidores estrangeiros, mas isso é pouco provável enquanto a Reserva Federal Americana e outros grandes bancos centrais não pararem de aumentar as taxas de juro e não começarem a mostrar sinais de redução das mesmas.

“A dependência do dólar persiste, e o único método sustentável de aliviar a pressão sobre a balança de pagamentos consiste em aumentar as exportações de bens e serviços e desenvolver uma maior capacidade de produzir substitutos nacionais para as importações”, segundo Adam.

DÓLARES, EUROS E IENES

A maior parte dos países africanos está incluída nos escalões de rendimento baixo e médio-baixo segundo o Banco Mundial, o que significa que precisa de bens de capital importados, tais como maquinaria industrial e equipamento agrícola, para alimentar as suas economias. Os pagamentos são feitos normalmente em dólares, euros e ienes, exercendo assim uma pressão contínua sobre as moedas locais. Para compensar o risco cambial, os investidores estrangeiros procuram rentabilidades mais elevadas para as dívidas denominadas em moeda nacional e rentabilidades no mercado accionista que ultrapassem significativamente os níveis de inflação.

“Se as taxas locais de 9% não são apelativas para os investidores nacionais, dadas as elevadas taxas de inflação, não há assim razão para os investidores estrangeiros se sentirem atraídos pelas mesmas”, afirma Abdulazeez Kuranga, estratega macroeconómico da Cordros Securities, com sede em Lagos.

Entre as principais economias africanas, no Egipto, a terceira principal, o défice da balança de pagamentos – que inclui o comércio de bens e serviços, fluxos de investimento e transferências de activos – foi de 10,5 milhões de dólares em 2022, uma inversão face ao ano anterior, quando as transacções financeiras deste país com o resto

do mundo geraram um fluxo de 1,9 milhões de dólares. Isso foi um reflexo, pelo menos em parte, da retirada de fundos por parte dos investidores, como revelam os dados do banco central, provavelmente para beneficiarem do aumento das taxas de juro nos países desenvolvidos à medida que estes começavam a inverter a flexibilidade das suas políticas de acesso ao capital instituídas durante a pandemia de covid-19.

A libra egípcia desvalorizou três vezes desde que a Rússia invadiu a Ucrânia em Fevereiro de 2022, mas a



A dependência do dólar persiste e o único método de aliviar a pressão sobre a balança de pagamentos consiste em aumentar as exportações.

escassez de dólares persiste, alimentando a procura no mercado negro, onde a moeda forte é mais cara.

Na Nigéria, a maior economia de África, o défice da balança de pagamentos situou-se em 840 milhões de dólares em 2022, de acordo com o banco central, após um excedente de 3,75 milhões de dólares no ano anterior. O maior exportador de petróleo de África beneficiou do aumento dos preços internacionais do crude, mas a queda dos fluxos de investimento estrangeiro para o nível mais baixo dos últimos seis anos constituiu um rude golpe, provocando atrasos no processamento de divisas.

A Nigéria tem um longo historial de regimes cambiais restritivos. Mas o presidente Bola Tinubu, empossado em Maio, tomou rapidamente medidas no sentido de desindexar o naira do dólar, acabando com os subsídios dispendiosos aos combustíveis e reformulando o sistema monetário de múltiplas divisas, o que incluiu a suspensão do governador do banco central, Godwin Emefiele. O banqueiro suspenso, actualmente sob custódia da polícia secreta nigeriana “por questões de investigação”, supervisionou a substituição das notas de valor elevado por notas novas meses antes da eleição de Tinubu, provocando uma grave escassez de moeda em circulação na economia assente em numerário.

A escassez de dólares estende-se a outros países, incluindo Gana, Zimbabué, Zâmbia e Quênia, o último dos quais celebrou um acordo em Março com os exportadores de petróleo para aliviar temporariamente a sua escassez de moeda forte.



Este acordo permite que a sétima maior economia do continente importe produtos petrolíferos a crédito da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos durante seis meses, travando assim uma situação de facturas mensais de importação de combustível do país, que ascendiam a centenas de milhões de dólares.

"Quando as pessoas emprestavam dinheiro ao Egito, à Nigéria ou ao Quênia nos últimos anos, assistia-se à entrada de muitos dólares nas suas economias, e isso ajudava a manter as suas moedas fortes. Quando os empréstimos a esses países param, o fluxo de dólares para também e, de repente, essas moedas perdem base de apoio", diz Charlie Robertson, director de macroestratégia da empresa de investimentos FIM Partners. "Os países estão a reagir, e temos de reagir também porque já não estão a receber dólares."

O CONSUMIDOR É QUE PAGA

Provocadas por forças do mercado ou por alterações nos controlos cambiais, o que é facto é que as desvalorizações daí resultantes estão a castigar os consumidores, que se vêem obrigados a reduzir as importações. Por exemplo, o valor das importações para a Nigéria diminuiu 6% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, em grande parte devido à queda da procura de caldeiras, máquinas e electrodomésticos. "A moeda está significativamente enfraquecida para tentar melhorar o balanço de contas correntes, de modo a que não haja uma saída de dólares das suas economias", diz Robertson. "Assim, as pessoas deixam de comprar tanto material estrangeiro." A combinação de moedas

enfraquecidas com crescimento económico em declínio envia sinais contraditórios aos investidores.

Na Nigéria e no Egito, onde a rentabilidade nominal média semestral das acções foi, respectivamente, de 18,96% e 21,01%, face a 15,91% do S&P 500, moedas enfraquecidas significam que os investidores estrangeiros podem comprar mais acções por um determinado montante em moeda forte do que no passado recente. A economia subsariana continua a crescer, de acordo com o FMI, embora o mesmo preveja uma desaceleração para 3,6%, face a 3,9% em 2022. Uma subida para 4,2% em 2024 pode permitir um crescimento dos lucros passível de conduzir a um aumento da cotação das acções em alguns sectores, de acordo com Kuranga.

"No Gana, espera-se que o crescimento aumente em 2024 face a 2023, impulsionado sobretudo pelo sector de serviços graças aos fracos efeitos de base do ano anterior", afirma Kuranga. "Os investidores podem apontar para as empresas que operam no sector de serviços, uma vez que estas são as que mais benefícios obterão em termos de lucros." Já a situação nos mercados de crédito em moeda local é mais grave.

Recentemente, o banco central da Nigéria emitiu títulos do Tesouro a um ano e a uma taxa de juro de 8,24%, ultrapassando o rendimento de 5,33% de uma dívida equivalente nos Estados Unidos da América. Mas com a inflação a uma taxa anual de 22%, isso gera um retorno real negativo do investimento. E o mesmo aconteceu no Egito, onde o banco central emitiu títulos do Tesouro a 23,5%, face a uma taxa de inflação de 32,75%. 



Objecto de Desejo

O Alegre Canto da Perdiz

A história de vida da Delfina, “dos contrastes, dos conflitos, das confusões e contradições”, é a história da mulher africana, a história da apocalíptica perda do sonho. Esta mulher debate-se entre “escolher o caminho do sofrimento”, o amor que sente por José dos Montes, e “eliminar a sua raça para ganhar a liberdade”, procurando o homem branco que lhe dará o alimento e o conforto que deseja. Mas o que é o amor para a mulher negra?

Na terra onde as mulheres se casam por encomenda na adolescência? O problema arrasta-se ao longo do livro, uma obra de Paulina Chiziane, a primeira africana a receber o Prémio Camões. Neste diálogo consigo própria, a conhecida escritora moçambicana mistura imaginação, fantástico, misticismo, num retrato poderoso e peculiar da sociedade e da mulher africanas.

Forbes

UNDER 30

• OS MAIS TALENTOSOS • ÁFRICA LUSÓFONA

A Lista Forbes Under30 África Lusófona destaca os mais brilhantes game changers de até 30 anos que revolucionam os negócios e transformam o mundo de forma ousada e criativa.

FAÇA JÁ A SUA INDICAÇÃO



LEIA NO SEU
TABLET OU
SMARTPHONE



VISITE-NOS
TAMBÉM NAS NOSSA
REDES SOCIAIS

f @forbesafricalusofona
@ @forbesafricalusofona

www.forbesafricalusofona.com

A África Lusófona está também on-line. Fique a saber em primeira mão os temas que estarão em destaque na próxima edição e assine a revista com condições exclusivas.



VIVA A VIDA INTERCONTINENTAL® EM ANGOLA.

Inspirado nos graciosos contornos de diamante no seu design, o InterContinental Luanda Miramar é o primeiro Hotel de 5 estrelas Internacional em Angola. O hotel torna a combinação entre o luxo sofisticado e a essência local da Capital angolana numa experiência inesquecível.

O InterContinental Luanda Miramar dispõe de 377 luxuosos quartos, incluindo quartos e suites Club InterContinental. Começando no 7º andar, os quartos dispõem de uma vista incrível sobre Luanda, tendo como opção a vista da cidade, baía ou oceano. Os hóspedes podem desfrutar das diferentes gastronomias nos nossos restaurantes e bares ou usufruir de um dia de sol na nossa piscina exterior, com a vista deslumbrante sobre Luanda.

O InterContinental Luanda Miramar oferece os espaços mais amplos e versáteis para banquetes, reuniões, casamentos e cocktails. O hotel dispõe de 7 salas completamente funcionais, entre elas o maior elegante salão Diamante.

As salas estão equipadas com luzes LED de alta-intensidade e com uma tecnologia avançada oferecendo os recursos necessários para realizar reuniões de negócios e eventos de sucesso.

Os eventos do InterContinental são realizados por uma equipa de profissionais dedicados. A nossa equipa de eventos prestará assistência individualizada atendendo as suas necessidades, planejando cada detalhe desde os menus personalizados a coffee breaks criativos para que tenha uma experiência única.

Recepção: +244 226 300 002 / +244 226 300 000

Email: intercontinental.luanda@ihg.com

Website: www.intercontinental.com

Live the InterContinental life.

ANGOLA

COZUMEL

MZAAR

FUJIRAH

CHENNAI

HUA HIN

PATTAYA

DANANG

SANYA

BALI

OKINAWA

SANCTUARY COVE



INTERCONTINENTAL®
LUANDA MIRAMAR

